

# **ENSAIO SOBRE O TERRITÓRIO DO ASSENTAMENTO: uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres**

## **ESSAY ABOUT THE SETTLEMENT'S TERRITORY: a perspective on the agroecological production made by women**

**Laiany Rose Souza Santos**

Mestranda em Geografia  
Núcleo de Pós Graduação em Geografia - UFS  
laiany001@hotmail.com

### **Resumo**

A temática a ser desenvolvida tem como objetivo realizar um ensaio sobre o conceito de território, abordando o mundo camponês a partir da análise do território do assentamento, na perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres. Partindo da relação seres humanos entre si e com a natureza, permeando o debate sobre trabalho, para explicar as modificações nos modos de produção e como alteram também o tempo. Como parte do processo do estudo de mestrado “O mundo camponês sob o enfoque territorial de gênero: a divisão sexual do trabalho familiar e a formação de valores emancipatórios nos assentamentos rurais”, em andamento, bem como, das pesquisas realizadas até então juntamente com o projeto proposto ao International Development Research Centre – IDRC, e o projeto vinculado ao CNPq, Brasil, “Questão agrária atual de Sergipe: análise dos impactos socioterritoriais das políticas públicas de agroenergia e soberania alimentar”. Sendo relevante no contexto histórico brasileiro e sergipano como propulsor de um debate que leve a novas práticas sociais, compreendendo a partir da teoria da não desintegração do campesinato a sua recriação por meio de um modo de produção que vise à autonomia e soberania alimentar.

**Palavras-chave:** Território. Trabalho. Gênero. Agroecologia. Soberania alimentar.

### **Abstract**

The theme to be developed has the goal of performing an essay about the concept of territory, bringing the peasant world since an analysis of the settlement's territory, in the perspective of the agroecological production made by women. Starting from the relation between human beings and themselves with the nature, heading to the debate about labor, to explain the modifications in the modes of production e how they also change time. As part of the process of the Master's Studies “The peasant world under focus on the gender territorial issue: the sexual division of the familiar labor and the generation of emancipatory values in the rural settlements”, in course, as well as the researches made so far together with the project offerd to the International Development Research Centre – and the project associated to the CNPq, Brasil,” Sergipe's Current Agrarian Issue: Analysis if the socioterritorial impacts of the public measures of

Agroenergy and Food Sovereignty. Being relevant to the historical context of Sergipe and Brasil as a propulsor of a debate that can offer newsocial practices, understanding since the Theory of Non Integration of the pesantry and its recreation through a production mode that aims Autonomy and Food Sovereignty.

**Keywords:** Territory. Work, Gender. Agroecology. Food sovereignty.

## **Introdução**

Esse estudo nasce da preocupação de compreender o campo sergipano que vem se transformando cada vez mais, sendo o monocultivo<sup>1</sup> da cana-de-açúcar relevante no seu processo de “desenvolvimento” baseado na concepção do agronegócio de explorar e lucrar, extraindo a renda da terra e expropriando os camponeses de suas terras, com isso gerando também empobrecimento social e cultural.

Tomamos como foco da pesquisa o Projeto de Assentamento (PA) 13 de Maio, localizado no município de Japaratuba, estado de Sergipe, no vale do Cotinguiba e apenas a 54 km da capital, Aracaju. Tem relevante história cultural, principalmente porque o município foi formado por mais escravos do que “homens livres” e ainda conserva parte das suas tradições culturais, como por exemplo, a Festa das Cabacinhas.

A população total do município de Japaratuba tem apresentado crescimento, conforme demonstra a tabela 1. Isso se dá devido não só ao crescimento vegetativo, mas também as lutas por ocupação de terras no município que traz pessoas de outros lugares.

**TABELA 1**  
JAPARATUBA – POPULAÇÃO - 2000-2007 e 2010

Município	População 2000			População 2007			População 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Japaratuba	14556	7212	7344	15450	7375	8075	16874	7916	8958

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000-2010, Contagem da população 2007. Organizado por Laiany Rose Souza Santos 2011.

Relacionando esses dados ao contexto histórico, em agosto de 2000 foi realizado o IVº Congresso Nacional do MST em Brasília com a palavra de ordem: “Por um Brasil sem latifúndio”, o qual deliberou pela necessidade de intensificar as lutas por terras

mediante a massificação das ocupações de terras. E, embora tenha acontecido em 2002, a eleição para presidente da República, a vitória do povo brasileiro no nome do sindicalista Lula da Silva trazia a esperança de realização de uma reforma agrária que finalmente produzisse a desconcentração da estrutura fundiária brasileira. Isto porque Lula apresentava o discurso que a reforma agrária era questão para uma “canetada”<sup>2</sup>, havia a esperança de então acontecer de fato.

No primeiro mandato do governo um novo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) foi proposto, com o nome de “Paz, produção e qualidade de vida no meio rural”, contudo, esse plano já tinha um embasamento das políticas de reforma agrária baseadas no crédito fundiário que é uma política internacional que também se estabelece no Brasil.

A proposta de “beneficiar” os trabalhadores não rompeu com a lógica do estado capitalista fazendo projetos que servem como políticas compensatórias, que não modifica a real situação, mas a disfarça como os projetos da bolsa – família, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) entre outros.

Além de não ter ocorrido o proposto, houve estorvamento nas lutas em grande parte do país. Em Sergipe as lutas por terras foram enfraquecidas pela introdução e expansão das políticas de crédito fundiário, estabelecidas no Brasil por meio de uma construção internacional do Banco Mundial, assumindo uma condição de contrarreforma agrária, conforme demonstrou Ramos Filho (2008, 2009).

Porém, em Japaratuba a organização das trabalhadoras e trabalhadores não entrou nesse processo, ainda com posição política firme, continuaram fazendo lutas, ocupações e manifestações. Na disputa pela conquista do território, assim como da permanenciano Projeto de Assentamento 13 de Maio, enquanto a relação do Estado com o campo de Japaratuba era de grandes investimentos para o monocultivo de cana de açúcar.

Esse processo que parece local é também nacional, e pode ser analisado através da dicotomização do poder político do Estado com a formação de dois ministérios para definir sobre as questões agrárias. O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA é responsável pelo desenvolvimento da agricultura camponesa e pela administração da política de reforma agrária (FEITOSA CRUZ; RAMOS FILHO, 2011), denominado por

tal como agricultura familiar, que estabelece uma construção de disputa com o movimento camponês de forma ideológica e constrói o Plano Safra.

E o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que desde a Medida Provisória 2216-37, de 31 de agosto de 2001 é o ministério que responde as demandas do agronegócio brasileiro. Esse constrói o Plano Agrícola que destina crédito à agricultura comercial, também recebe investimentos pelo Banco Mundial e Bancos multilaterais regionais, Fundação Ford e Rockefeller.

Segundo o Plano Agrícola do MAPA 2012-2013 “Na safra que se inicia, serão destinados R\$ 115,25 bilhões para o crédito rural, representando um crescimento de 7,5% em comparação com a safra passada” enquanto que o MDA publica o Plano Safra de 2012-2013 sendo direcionados ao crédito familiar R\$ 18,3 bilhões como o maior de toda história.

Esses dados apresentam a opção política e econômica brasileira voltada para o desenvolvimento baseado na exportação de commodities, especialmente dos agrocombustíveis, com investimentos creditícios, fiscais, tributários, do governo estadual e federal. Isto expande os cultivos energéticos (cana) sob terras próprias, arrendadas, expropriadas, ou mesmo a disputa pela extração da renda da terra em território camponês, gerando uma reestruturação produtiva no campo.

No caso da conflitualidade no território do PA 13 de Maio, é devido principalmente a sua localização estratégica de proximidade com as usinas, beira de estrada (BR 101), assim facilitando o escoamento da produção, também porque as terras já foram utilizadas para a produção de cana. A finalidade da cana-de-açúcar é a produção dos agrocombustíveis que o Brasil tem se empenhado para ser exportador.

Dessa forma, pretende-se analisar o caso do PA 13 de Maio, por meio da categoria território, a fim de compreender a conflitualidade no território entre a agroecologia e o agronegócio da cana de açúcar, como se dá as relações de poder, política e as relações sociais e com a natureza que o constituem. Assim como a relação capitalista de uso, apropriação e produção do espaço para diminuir o tempo entre produção e consumo e a controvérsia com a produção agroecológica que visa priorizar a relação de subsistência familiar, segurança e soberania alimentar<sup>3</sup>.

Nesse assentamento encontra-se um grupo organizado por mulheres que cultivam leguminosas, hortaliças e plantas medicinais sob o paradigma da agroecologia. Tendo assim, mais uma jornada de trabalho cotidiana e de enfrentamento através desta ao patriarcado e ao latifúndio, e assim, contra pilares da estrutura do sistema capitalista. Constituem novas relações sociais, com a natureza, criando territorialidades de resistência no território do assentamento, promovendo o resgate e fortalecimento da cultura camponesa compreendida no seu modo de produção, no uso das plantas medicinais, nas festas e na relação de solidariedade comunitária.

Iremos discutir essas questões apresentadas através de cinco momentos que percebemos como fundamentais. Primeiramente a questão da relação seres humanos com a natureza, por entender que dentro do território imaterial dimensionado na academia a disputa paradigmática se impõe, junto com esta a necessidade de apresentar nossa concepção teórico-metodológica sobre a realidade.

Na segunda seção discutiremos o território do assentamento, mostrando as contradições no espaço, à condição de conflitualidade, a multidimensionalidade do poder, as apropriações do espaço, como essa categoria é analisada na ciência geográfica e assim a compreender o território do em sua totalidade.

Na terceira seção analisamos as contradições do modo de produção capitalista no território do Projeto de Assentamento 13 de Maio. A quarta parte aprofunda o debate da multiterritorialidade no território com a relação do tempo no assentamento: a perspectiva da produção agroecológica.

Esse ponto é fundamental para entender que existem vários territórios dentro do mesmo território, como nos apresentam alguns autores que iremos discutir sobre a multidimensionalidade e a necessidade de analisar o espaço a partir da totalidade incluindo a dimensão tempo, por entender que o tempo é plural e ele se dá de diferentes modos, ainda que no mesmo território, o que é muito importante para entender a necessidade do camponês de se recriar frente ao capital que tenta apoderar-se de suas relações.

Na quinta seção mostraremos de forma mais incisiva o contexto atual da realidade do território do assentamento com o auxílio de imagens da produção agroecológica, assim discutiremos se de fato pode haver transformação a partir da ação das mulheres deste assentamento e se isso poderia levar a uma alternativa de soberania alimentar.

Para então finalizarmos o texto levantando questionamentos a serem pensados e discutidos coletivamente no Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural: disputas territoriais, camponesas e descolonialidade, a fim de trazer elementos para o debate da resistência camponesa frente às estratégias territoriais do capital: para a construção do Bem Viver. Compreendendo como elemento básico a questão da soberania alimentar.

### **Relação dos seres humanos com a natureza**

Para compreender o assentamento como um território e discutir a produção agroecológica primeiramente será discutida a relação seres humanos entre si e com a natureza. Visto que a sociedade é formada por relações parte-se da idéia de que a essência dessas relações é o trabalho. Segundo Marx e Engels (1998, p. 10) os seres humanos “começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal”. Essa distinção não os separa dos outros animais e nem da natureza, mas os diferenciam pela capacidade que vai sendo construída de realizar trabalho, instrumentos de trabalho, e do próprio corpo ir se transformando, por exemplo, o uso das mãos.

Já para Paul Claval (2008, p.25) é “graças à cultura, o homem se torna um ser social”, e mesmo discutindo a experiência com o vivido ele apresenta a cultura como herança e não como uma construção social. Para este geógrafo a possibilidade de projetar o futuro seria dada por meio do imaginário permitindo, portanto explicar a dimensão da relação do indivíduo e percepção espacial através das representações simbólicas.

Marx trabalha essa projeção como consciência, que não é algo material, mas tem a propriedade de reflexão da realidade posta. Sua dimensão de cultura é diferente de “cultural” apresentada por Claval. Marx entende a cultura como conjunto de relações com o lugar, formada socialmente, portanto o indivíduo faz parte enquanto percepções coletivas. A partir das necessidades as coisas vão sendo produzidas por meio do trabalho e as relações com as coisas ganhando significados e formando signos.

Algo pode ter um significado, por exemplo, um relógio de parede para um determinado indivíduo pode ter um significado, mas compreendemos também que esse mesmo relógio foi construído socialmente e a construção do significado, portanto

também é social. A própria formação de valores é socialmente construída por isso os significados não estão isolados, é parte dessa formação.

A socióloga Saffioti (1976, p. 39) apresenta que “a atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção da sua vida”. Mas uma vez apresentando a perspectiva de Claval ((2008, p.27)), para ele “a divisão do trabalho social conduz a formação de categorias homogêneas, de classes, mas elas constituem apenas a metade dos processos sócio-culturais – ou um complemento dos sistemas de relações institucionalizadas”.

É através da relação de trabalho que se constrói a cultura, as manifestações culturais, as representações, os significados, os valores e a sociedade de classe. Por meio das ideias estabelecidas na consciência é que o trabalho projetado por somente uma pessoa pode ser realizado por muitas, devido principalmente a dicotomia trabalho manual e intelectual, que estabelece a dominação do corpo e da mente, compreendida por Marx como alienação.

Como no caso do exemplo dado por Platão (Livro VII de “A República”) no mito da caverna, os homens dentro da caverna enxergam as sombras e acreditam que ela é a realidade, quando um desses se torna livre e vê que existe outra realidade e o que ele via era somente as sombras volta para contar aos que estão na caverna que além de não acreditarem nele tentam impedir de falar sobre outra realidade, com várias formas de opressão.

A relação de percepção que o indivíduo tem da realidade é construída por meio das sensações do corpo e da relação com outros indivíduos. A condição do ser está atrelada a condição do outro assim como a condição da consciência, “el sentido del ser del existente, en tanto que se devela a la consciencia, es el fenómeno de ser” (SARTRE, 1981, p.32)A formação do individuo se dá quando percebe o seu ser e esse se constrói na figura do outro “a tal ponto com essa imagem que só se forma alienando-se” (BEAUVOIR, 2008, p.15).

Dessa forma o ser mulher e o ser homem são construções sociais. Pensamos então que isso ocorre através da família, das instituições, da subjetividade, pela mediação do trabalho. O ser passa a existir como tal a partir da dialética do trabalho. A

divisão do trabalho na sociedade capitalista coloca-o acima do ser humano, como dominador e não dominado.

Nesse processo surge a dicotomização das necessidades colocando o trabalho separado do prazer. Separa o trabalho intelectual do trabalho manual, e essa distinção “não é nada mais que a expressão mais visível, mais corrente. A distinção da unidade trabalho se realizou pela *alienação*” (RAFFESTIN, 1993; 57). O trabalho alienado (estranhado) ao trabalhador o faz pensar que a verdade era o fundo da caverna, como no mito, com as sombras sem questioná-las.

Claval (2008, p.22) fala que “através de seus sentidos e de seu corpo que cada um desenvolve sua experiência de mundo”, mas não discute a relação que o corpo tem na sociedade, pois a dominação se dá também através do condicionamento do corpo, opressão de classe e gênero, seja na transformação do corpo como objeto para realizar trabalho ou até mesmo na subjetividade por meio das condutas masculinas e femininas que lhe são impostas.

Assim, considerando que existe dominante, tem o dominado, oprimido e opressor, como pares dialéticos da contradição. O uso do corpo se torna desse modo signo (o proletário, o camponês) e significante. Por isso utilizado também no combate à opressão, na busca de reconhecê-lo e libertá-lo. Dessa forma as relações do ser humano (mulheres e homens) com a natureza se diferenciam também, como no caso da discussão proposta neste ensaio da produção de monocultivos e a produção agroecológica.

### **O território do assentamento**

Todo termo é uma construção que revela a concepção de mundo. A intenção de fazermos uso da categoria analítica “território do assentamento” não é somente de ser enfático com o conteúdo, nem de adjetivá-lo, mas de direcioná-lo a uma leitura geográfica da compreensão das relações sociais e com a natureza presentes no espaço.

O território é uma categoria analítica da geografia que teve primeiramente a contribuição de Ratzel (1983) que pensava o território sem as contradições internas e com o poder emanado somente pelo Estado, tratando do solo como o território, estruturando o pensamento da geografia política. Passou a tomar força nos debates sobre sua concepção a partir da década de 1970, com a renovação da geografia humana.

Para Raffestin (1993, p.143) “o território se forma a partir do espaço”. Para ele “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o “espaço”<sup>4</sup>. Segundo Corrêa (2002, p.251) “território não é sinônimo de espaço” e discute “etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando pertencente a alguém. Pertencente, entretanto não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”.

Concordamos em que “para pensar e interpretar o território, assim como conviver nele, é preciso imaginar e aprender a correlacionar com a grande infinidade de fatores que formam a “totalidade”<sup>5</sup>, que se encontra em total conectividade com os inúmeros elementos que formam o território” (PLEIN Et al, 2009, p.51), por sua vez, Raffestin (1993) faz essa análise denominando como sistemas territoriais.

O Projeto de Assentamento 13 de maio “foi criado no dia 31 de março de 2004, mediante conquista de desapropriação da Fazenda Cabral e assentamento de 41 famílias. Com uma área de 482,33 hectares, pertenceu à tradicional família Cabral que praticou, por longo período, o cultivo de cana voltado à produção de açúcar” (RAMOS FILHO, 2008, p.115).

Apesar de passados sete anos de desapropriação, os usineiros do estado de Sergipe, operam para articular territorialidades sobre o espaço do assentamento. Na tentativa de apropriação da renda da terra dos assentados fazem propostas de plantação de cana nos lotes da reforma agrária, contudo, esse assentamento ainda tem resistido a essas pressões de duas formas: rejeitando a introdução do monocultivo da cana-de-açúcar, sob a condição de fornecedores às usinas, bem como construindo alternativas produtivas, geradoras de renda e edificadora de práticas de segurança alimentar propulsoras da soberania desde o controle camponês.

Nesse sentido, destaca-se a ação territorial de um grupo de mulheres que se organizam no assentamento para a produção agroecológica, tendo assim uma alimentação segura, diminuindo a dependência em relação aos produtos adquiridos no mercado, e o excedente da produção é vendido na feira do município de Japaratuba para contribuir no orçamento familiar, o que falaremos na quinta seção.

A entrada da cana-de-açúcar no assentamento representaria a perda do território conquistado para plantação da sobrevivência e dependência das famílias com as feiras e

mercados, tirando a autonomia camponesa de produção e tornando-os dependentes (assalariados) do usineiro que comprasse seu produto.

O território do assentamento seria então protagonizado por esses atores que formam sua totalidade e as contradições e relações de poder dentro dessa totalidade, na interpretação de Galvão et al.(2009, p.46) sobre o pensamento de Raffestin, ela diz que “o território é também abstrato e que, no seu interior, por haver contradições, e apesar de formar uma totalidade, ele forma também uma unidade não homogênea”.

O território não é somente área, solo como foi apresentado primeiramente por Ratzel, ou como afirma “Sack (1986), para haver um território é preciso haver uma delimitação de área, um controle e uma forma de poder, e os resultados de controle e poder dependem de quem está controlando” (PLEIN Et al., 2009, p.52), pois tem outras dimensões.

Dimensões políticas, afetivas, uma vez que o território é demarcado pela apropriação do espaço e relações de poder que controlam essa apropriação. Para Corrêa (2002, p.251) “o território é revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”. Para Fernandes (2005, p.28) “os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial”.

A dimensão afetiva se materializa assim como a materialidade do território toma um caráter afetivo e/ou político a partir das relações sociais construídas, e isso, iremos compreender não separadamente como propõe os autores da concepção fenomenológica, mas por meio do conceito de territorialidade, para entender que no território existem várias apropriações diferentes, várias territorialidades dentro do território.

O território na perspectiva de Sack(1986, apud; PLEIN Et al, 2009 p.52)“pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir pessoas”, embora o autor pensasse o poder de controle somente a partir do Estado, a sociedade capitalista dividida em classes sociais tem o poder emanado pelo Estado, mas também por diversos pontos de relações sociais.

Segundo Raffestin (1993, p. 58) “o poder visa o controle sobre os homens e sobre as coisas”, este é multidimensional e imanente, por isso faz parte de todas as relações e “toda relação é o ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.

53).O poder é emanado pelo Estado, mas também pelos movimentos sociais. Assim, “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p.59-60).

Assim compreendemos o assentamento como território, espaço de desterritorialização do capitalista rentista, latifundiário e territorialização do trabalhador sem terra e em sua luta. A apropriação do espaço pelo camponês é uma relação de confronto político, pois a apropriação (territorialidade) indica também nova relação de produção do espaço, novas relações sociais e com isso uma nova cultura<sup>6</sup> como no caso do modo de produção que iremos tratar no próximo tópico.

### **Contradições do modo de produção capitalista no território do PA 13 de Maio**

Preferimos discutir primeiro a nossa compreensão do assentamento porque entendemos que a partir da definição é que estruturaremos o pensamento do modo de produção capitalista de monocultivos (latifúndio) em contraposição à produção agroecológica realizada no Projeto de Assentamento 13 de Maio, considerando o contexto exposto, as de contradições decorrentes a conflitualidade com o agronegócio dos agrocombustíveis a partir da cana-de-açúcar.

O campo brasileiro está dividido não somente entre proprietários de terras e sem terras, mas quem tem e usa como meio de subsistência e quem tem e utiliza para extrair somente lucro, ou seja, o capitalista é o proprietário da terra que só visa o lucro, por isso a relação é de mercantilização. A terra em si não tem valor, pois ela existe independente da ação humana, contudo o trabalho realizado na terra que gera valor. O que Marx chama de renda da terra.

Disso surge a contradição entre terra e capital, pois segundo Martins (1983, p.159) “o capital é produto do trabalho assalariado. Já a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”.

O caso do Projeto de Assentamento 13 de Maio é a materialização da relação camponesa que forma um território, conquistado pelos próprios camponeses por meio da luta e da resistência, pois nessa região o monocultivo da cana-de-açúcar tem se

alastrado e pressiona os camponeses a trabalharem para as usinas, mesmo estando nas suas terras, levando o empobrecimento do solo e modificando as relações socioambientais.

O agronegócio constrói territórios segundo suas necessidades e visão de lucro que pode gerar. Nesse sentido, a produção da cana gera conflitos por terra, na verdade a disputa capitalista não é pela terra em si, mas pela apropriação da renda da terra, por isso a pressão existente no assentamento para que os camponeses também plantem cana em seus lotes, entregando os resultados da produção à agroindústria.

Na divisão social do trabalho, o capitalista percebe a necessidade da desvalorização das relações de produção para de fato poder extrair e se apropriar da renda da terra, pois essa não se dá na produção que é realizada muitas vezes pelos próprios camponeses, mas na circulação e na distribuição realizada pelo capitalista. Dessa forma, o capitalista continua sem a terra, mas apropria-se da renda da terra que no caso é gerada pela transformação da cana, principalmente em agrocombustíveis para realização de commodities, e o capitalista, dono dos meios de produção, tem a usina para esse processo e necessita de mão de obra para realizar o serviço. Assim, a desvalorização da relação é explicitada.

O sistema do capital cria a necessidade de ter sempre a grande parte das pessoas sobrevivendo a partir da venda da sua força de trabalho, que é a única coisa que têm para gerar lucro aos capitalistas. Marx (2001, p.102) apresenta que “a crescente relação entre a renda e a miséria constitui um exemplo do interesse do proprietário na sociedade”, pois o lucro é gerado a partir do trabalho não pago a quem necessita sobreviver e vender a força de trabalho a preço de pequenos salários.

O agronegócio não é somente a plantação em larga escala, é um conjunto de capital especulativo e financeiro e tem relações com vários âmbitos da sociedade, vem tentando penetrar até mesmo nos assentamentos rurais. Sendo que o assentamento é um território consolidado, espaço que foi demarcado pela luta e continua a existir formado por relações de poder e por contradições.

Uma dessas contradições que se apresenta é a relação da propriedade da terra, que por meio da disputa política e física passa a ser do camponês, e, estes mesmo tendo a terra, precisam trabalhar para o capitalista, pois somente a terra conquistada pelo

camponês através da reforma agrária não é suficiente para gerar abastecimento pleno da família, pois são necessários instrumentos de trabalho, sementes, assistência técnica, produtos para recuperação do solo (depois d monocultivo os solos ficam fragilizados) e isso não recebe junto com a terra.

Isso não acontece por acaso, pois não tem sentido numa sociedade capitalista a divisão de riquezas, o que ocorre é a apropriação das riquezas por uma minoria consolidada como a classe dominante. O camponês que tem a terra a partir da luta passa, também, por um processo de transformação de consciência e compreende sua realidade dentro da totalidade das relações sociais.

Esse processo leva a pensar no coletivo, a construir novos hábitos, uma vez que viver num assentamento exige a compreensão do coletivo e o processo até a conquista da terra possibilita a transformação de se entender enquanto classe social. “As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal” (SHANIN, 2008, p.36).

TeodorShanin (2008, p.36) diz que “é no fazer que as classes são definidas”, para entender o camponês enquanto classe recorremos a sua definição de camponês, sobre a qual ele coloca:

Os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia (SHANIN, 2008, p.36).

Os camponeses não são separados do capitalismo “eles persistem, ao mesmo tempo em que eles se transformam e se vinculam gradualmente a economia capitalista, que pervade<sup>7</sup> suas vidas” (SHANIN, 2005, p.9).

Nesse sentido, o assentamento como apresenta Fernandes, é um “território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas representa, sobretudo a possibilidade da territorialização” (FERNANDES, 1996, p. 241) dessa forma o camponês faz parte do sistema enquanto classe social.

No Projeto de Assentamento 13 de Maio as assentadas e os assentados se vêem dentro desse processo com os usineiros pressionando, através de cooptação da liderança do movimento, oferecendo dinheiro, entre outras formas, para que eles plantem cana-de-açúcar em seus lotes, que antes tinham essa função, e essa disputa de poder forma o território. Permitindo assim uma leitura geográfica das relações sociais construídas, pois “são os resultados das relações sociais que dão vida e seqüência ao território” (PLEIN, 2009, p.51).

São essas relações sociais que expressam poder compreendidas por meio das relações de trabalho, a partir da divisão capitalista que foi discutida inicialmente, que excluem as pessoas de áreas, constroem territorialidades como é expreso no pensamento de Raffestin:

Reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existentes e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Enfim, a partir da análise da totalidade das relações é que percebemos que “A reforma agrária, antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social” (OLIVEIRA, 2001, p.201) e que de certa forma acaba sendo lucrativo até mesmo para o capitalista que vendeu a terra, pois irá ter força de trabalho para explorar, uma vez que o governo não dá os outros recursos necessários para a permanência na terra.

### **Relação do tempo no território do assentamento: perspectiva da produção agroecológica**

Compreendendo as relações enquanto coletivas, a relação do tempo pode ser compreendida segundo a divisão grega de Crónos e Kairos. O Crónos é o tempo mais conhecido, o cronológico que separa passado, presente, futuro, o Kairos é o tempo plural<sup>8</sup>. Pensamos o tempo na perspectiva Kairos, e por isso a variedade de tempos no espaço. A multidimensionalidade trabalhada por Raffestin, Fernandes também pode ser compreendida a partir dessa leitura filosófica.

---

O tempo não é um conceito empírico abstraído de qualquer experiência. Com efeito, a simultaneidade ou a sucessão nem se quer se apresentaria à percepção se a representação do tempo não estivesse subjacente a priori (KANT, 1999, Apud SABÓIA, 2007, p.27)

O tempo pode ser influenciado pelas variações da natureza, principalmente na área rural, e nessa mesma existem as variações do tempo, variações no modo de produção, em que para o agronegócio o tempo precisa ser cada vez menor de produção e a produção agroecológica é realizada de acordo com as necessidades, levando em conta o equilíbrio entre produção e ambiente, assim, é necessário perceber que existe a variação do tempo/espaço para compreender então o território.

O assentamento se torna uma expressão da cultura local em meio a extensas faixas de monocultivo de cana de açúcar que expressa mercantilização. Para Castro (2009, p.152) “enquanto o trabalho e o capital podem tomar a forma globalizada da mercadoria, a terra se mantém como substrato da diversidade territorial e cultural das populações camponesas na sua expressão local”.

Apesar da sociedade estar cada vez mais mundializada/globalizada, não há uma homogeneidade de tempos e espaços (...) Segundo Raffestin (1993), apesar das ações serem registradas no tempo absoluto o seu ritmo é definido por tempos relativos conforme cada estrutura particular. Assim o mais importante é o tempo social da ação (GALVÃO, 2009, p.36).

O espaço e o tempo são essenciais para se discutir às relações de poder e com isso de formação do território e da sociedade. Por isso, importante destacar também as variações no ritmo do tempo que são ditadas pela forma de viver, ou seja, pela cultura. Que podem ter influência de uma sociedade mundializada/globalizada como foi dito, mas que também tem as peculiaridades do lugar<sup>9</sup>.

A produção agroecológica, por exemplo, realizada pelas mulheres do Projeto de Assentamento 13 de Maio pode ser compreendida como territorialidade dentro do território, onde elas exercem apropriação do espaço e constituem relações de demarcação espacial e também de poder contra o ritmo do agronegócio que desrespeita a natureza, utilizando agrotóxicos nas plantações para acelerar os processos naturais e aumentar o lucro.

A aceleração das relações que compreendemos como sendo de poder “talvez esteja fortemente determinada pelas forças econômicas, mas não é só a economia que

determina nossa experiência de espaço e lugar” (MASSEY, 2000, p.179). Massey (2000, p. 178) também crítica a idéia de pensarmos que “o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência no espaço”.

Apesar de compreender a inquietação da autora devido a necessidade que sente de explicar o indivíduo nas relações sociais, para se tornarem sociais de fato é necessário que hajam outros indivíduos, o coletivo. Por isso discutimos a territorialidade que “por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas” (CORRÊA, 2002, p.251).

A terra destinada à reforma agrária no PA 13 de Maio servia para produção da monocultivo da canadeaçúcar. A produção em larga escala visa o lucro, e para isso é necessário investir em insumos químicos, fertilizantes e utilização de agrotóxicos que causam o desgaste do solo, poluem a água, o ar, a terra e transforma a dinâmica do ecossistema local.

O grupo de mulheres precisou então transformar a terra desgastada para uma terra que brotasse a segurança alimentar da família camponesa. Para esse preparo se gasta tempo, contudo, a dedicação das mulheres e essa relação é um processo de afrontamento ao poder emanado pelo Estado através, principalmente, do patriarcado e do latifúndio, possibilita a elas se territorializarem no espaço do assentamento.

### **Projeto de Assentamento 13 de maio: produção alimentar**

A lógica opressora do capital tende à busca de território e territorialidades como foi discutido nas seções anteriores. Esse território também no campo imaterial das disputas políticas, ideológicas, como a questão de gênero construída socialmente e utilizada pelo sistema capitalista como forma de oprimir as mulheres e subalternizar as relações de trabalho construídas por elas.

A opressão sob as mulheres não é algo sem propósito, visto que o surgimento das sociedades agrícolas é marcado pela relação com a natureza como sacra, a Terra vista como mãe, provedora e sua fertilidade associada à fertilidade feminina, uma visão orgânica do mundo. Enquanto que nos moldes cristãos europeus a mulher é inferiorizada e escravizada assim como a natureza por meio de uma visão mecanicista adotada pela ciência moderna.

Para propor uma relação com a natureza que promova soberania é necessário que seja “sustentado cada vez más en el biocentrismo y cada vez menos en el antropocentrismo” (ACOSTA, 2010, p. 37). Nesse sentido compreendemos que o trabalho feminino no PA 13 de Maio é uma alternativa do agir local para promover a soberania e a segurança alimentar.

Para tanto apresentamos nossa compreensão do conceito de segurança alimentar que passou a ser adotado após a 1ª Guerra Mundial, esta relacionado a i) Provisão de alimentos como questão de segurança nacional; ii) Procedência militar; iii) articulação à capacidade de produção e armazenamento de alimentos. Após a 2ª Guerra Mundial com a destruição multidimensional do espaço houve a criação de planos (Marshall) e organismos supranacionais para a reconstrução pós guerra (FMI, BM, GATT) dentre esses, entre 1943-1945 a criação da FAO e de estrutura de ajuda alimentar para os países que tiveram seus espaços alimentares destruídos com a guerra.

O documento da FAO 2010/2011 aponta a diferença entre “sexo” e “gênero”, o primeiro como fator biológico e por isso não pode ser mudado, o segundo como construção social de papéis e identidades e que podem ser mudadas com o tempo. Discute vários processos relacionados ao gênero, mostrando que a mulher tem importante papel na agricultura, principalmente em países em desenvolvimento.

Analisa também que existe algo em comum entre as mulheres do campo em escala mundial, elas têm menos acesso aos recursos produtivos e menos oportunidades,

Si las mujeres tuvieran el mismo acceso a los recursos productivos que los hombres podrían aumentar el rendimiento de sus explotaciones agrícolas en un 20 % a 30 % de este modo la producción agrícola total en los países en desarrollo podría aumentar en un 2,5 % a 4 %, lo que a su vez permitiría reducir el número de personas hambrientas en el mundo entre un 12 % y un 17 (Food and Agriculture Organization, 2010/2011, p. 6).

Os dados da FAO mostram o importante papel da mulher e a necessidade de acabar com a desigualdade de gênero, pois a questão da fome e subnutrição afeta a mulher em grande proporcionalidade em relação aos homens pelas necessidades biológicas de alimentação principalmente em épocas de menstruação, gravidez, amamentação, em que recaem os problemas relacionados à alimentação também para a criança.

O alimento passa a ser visto como arma como é expresso na fala do ex-secretário de agricultura dos EUA “O alimento é um instrumento. É uma arma de negociação” (BUTZ, 1974). Sendo a ajuda alimentar uma arma do imperialismo norte americano, no discurso do combate à fome propondo “alternativas” de subserviência dos países pobres.

O modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade, propondo a alternativa da estratégia do crescimento econômico capitalista pelo equilíbrio entre as condições ecológicas e valores ambientais, com a introdução do discurso ideológico da existência do capital natural, humano social e cultural, possibilitando pensar o desenvolvimento alternativo com equidade e justiça social, sem questionar o trabalho como mercadoria e a produção intensiva através dos recursos naturais. (CONCEIÇÃO, 2004, p.6)

O fim do Estado-Nação, a mundialização, o livre comércio, a transnacionalização e as disputas oligárquicas foram principais pontos de ameaça a soberania dos países pobres. “A palavra de ordem se circunscreve na perspectiva de uma visão planetária, inscrita no agir globalmente, pensar localmente ao tempo que se deve agir localmente e pensar globalmente” (CONCEIÇÃO, 2004, p.9).

Nesse sentido, refletimos sobre o conceito de soberania desde Acosta (2010) como uma proposta plural, para o autor “la soberanía implica conservar el territorio y su patrimonio. Implica proteger especialmente el territorio habitado por aquellos grupos sociales más vulnerables”(ACOSTA, 2010, p. 25), ou seja o agir localmente que Conceição (2004) discute. A soberania deve ser compreendida desde o viés econômico, político, energético, financeiro, monetário, tecnológico, ambiental, do corpo etc.

La soberanía Alimentaria busca sentar las bases para el acceso permanente a alimentos sanos, culturalmente apropiados y producidos localmente, principalmente por la población campesina. Pone en énfasis en el derecho de los pueblos a controlar los elementos claves de la producción: tierra, agua, semillas, así como la implementación de procesos de comercialización equitativos y solidarios. (CARRERA, 2010, p.77).

O conceito de soberania tem uma ressignificação a partir dos movimentos sociais, principalmente a partir da inserção das mulheres na Via Campesina, quando chamam a atenção para esse debate sendo apontados na Declaração de Mons (1993). A Via Campesina compareceu à Roma durante a Cumbre Alimentária Mundial (1996) propondo pela primeira vez, a Soberania Alimentar, para combater a fome e a pobreza.

Ao fazê-lo rompe como a maioria das ONGs e rechaça os princípios da OMC: “direitos de exportar”, a expansão dos transgênicos, o controle sobre as sementes, e a segurança alimentar.

A soberania alimentar para a Via Campesina é vista como

- i) suministrar precios competitivos para los agricultores (hombres y mujeres), lo que supone un poder para proteger los mercados internos contra las importaciones de bajos precios; ii) Regular la producción de los mercados internos para abolir la creación de excedentes; iii) Detener el proceso de industrialización de los métodos de producción y desarrollar una producción sostenible basada en familia agraria; iv) Abolir cualquier ayuda a la exportación directa o indirecta (DESMARAIS, 2007 p. 56-57).

Dessa forma há necessidade de compreender a totalidade, fazendo sempre uma análise dialética entre local e global, percebendo o camponês como signo político de existência e “a necessidade reconhecer nas forças locais possibilidades de resistência” (FABRINI, 2006, p. 14) a um capital mundializado/globalizado que permeia as relações, mas é insustentável em sua essência de exploração do trabalho e da natureza.

Percebemos que não é algo que acontece somente em Sergipe ou no Brasil, mas um processo mundial que precisa ser transformado para garantia da alimentação e contrapomos ao avanço do agronegócio principalmente nos países em desenvolvimento onde as leis ambientais não são firmemente fiscalizadas e há, além disso, incentivos fiscais advindos do próprio Estado, como política de desenvolvimento.

É um processo contraditório de ampliação da área de cultivo para a produção de agrocombustíveis ao invés da produção alimentar, como pode ser visto na tabela 2 da produção agrícola no município de Japaratuba. Apesar de haver aumento, embora pequeno, na produção de alimentos básicos para alimentação (principalmente os alimentos fundamentais no uso da culinária sergipana) isso se dá devido à territorialização e produção camponesa.

**Tabela 2 - Produção agrícola municipal de Japaratuba/SE (2000 - 2011)**

Ano	Produção Vegetal (toneladas)			
	Cana de açúcar	Feijão em grão	Mandioca	Milho em grão
2011	432.055	193	7.560	135
2010	350.592	209	7.200	575
2009	335.040	192	7.440	104
2008	372.240	192	7.200	80
2007	366.360	192	5.184	80
2006	330.000	210	4.800	64
2005	306.000	180	4.800	40
2004	306.000	66	2.400	80
2003	192.000	40	2.700	80
2002	194.400	9	3.649	156
2001	228.000	13	4.270	213
2000	245.000	13	2.697	174

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Org.: Marcus Vinícius Feitosa Cruz, 2011.

Apesar do assentamento 13 de Maio estar cercado de cana por todos os lados ele tem a função não de uma ilha isolada, mas de enfrentamento com a realidade, e isso o deixa numa situação de conflitualidade. Nessa realidade é que apresentamos o grupo de mulheres que trabalham com a agroecologia a fim de questionar se de fato a organização delas seria estratégia de superação do capital.

O grupo inicialmente era formado por 15 mulheres, todas com companheiros, com faixa etária de 35 a 50 anos, oriundas em sua maioria da área rural, estiveram no processo de ocupação do próprio assentamento ou tiveram experiências em outras ocupações de terras. Compreenderam por meio dessa experiência a necessidade de se organizar e com auxílio da Pastoral da Criança construíram o coletivo de mulheres, apesar de ser mais uma jornada de trabalho e que nem todos os companheiros aceitem.

Diante da realidade cotidiana com múltiplas jornadas de trabalho, desentendimento com o companheiro que não aceita muitas vezes que a mulher trabalhe sem ser no seu quintal e envelhecimento da força de trabalho o grupo se reduziu a 7 mulheres no lote principal onde há leguminosas e hortaliças e 5 mulheres que cultivam a horta medicinal, preparando também com a retirada dessas plantas sabonetes e remédios.

A produção é voltada basicamente para a família, embora o excedente seja vendido na feira do município de Japaratuba, que somente na área urbana tem 7916 pessoas<sup>10</sup>, o que aumenta a renda, mas para elas o principal fator de satisfação é poder

alimentar os filhos, principalmente, sem correr risco de doenças geradas pelos agrotóxicos, e poder cuidar deles com as plantas que cultivam.

Sendo elas contrárias ao cultivo de cana em seus lotes e no lote comum de trabalho, contudo outros assentamentos no próprio município de Japarutuba cederam parte dos seus lotes para plantação de cana, voltando à dependência do salário pago pelo usineiro e também assumindo todos os problemas que ocorrerem na plantação, o que se torna mais vantagem para o usineiro que consegue extrair a renda da terra, mesmo da terra onde foi feita a reforma agrária.

Esse é outro fator de aumentar o lucro ainda mais, pois o usineiro se ausenta da responsabilidade com os prejuízos causados pela produção, deixando isso por conta do produtor. O que acontece com grande constância devido às mudanças climáticas que alteram o tempo de plantio e colheita e também ao uso de agrotóxicos que poluem água, ar e solo trazendo vários prejuízos para o produtor.

As mulheres do grupo de agroecologia têm na sua plantação segurança de não dependência de insumos e sementes monopolizadas pelas grandes corporações, e autonomia para plantar devido as suas necessidades alimentares como mostra a Figura 1, além de que a partir dos alimentos produzem outros para vender nas feiras, como no caso do pé de moleque feito com a mandioca produzida nos quintais como mostra a Figura 2.

### **FIGURA 1**

Plantação agroecológica no lote de Reforma Agrária conquistado pelas mulheres



Fonte: Eraldo da Silva Ramos Filho (acervo fotográfico).

**FIGURA 2**

Preparo da mandioca em pé de moleque



Fonte: Laiany Rose Souza Santos (acervo fotográfico; Trabalho de campo 07/05/2011)

Na Figura 3 a plantação agroecológica de plantas medicinais. As mulheres responsáveis fazem parte principalmente da coordenação de saúde, o que é de grande importância também, além de ser uma forma de cuidar da saúde com plantas de acesso fácil, permite também o resgate da cultura camponesa de tratamento sem a dependência química de laboratórios.

**FIGURA 3**

Plantas medicinais, produção agroecológica



Fonte: Laiany Rose Souza Santos (acervo fotográfico; Trabalho de campo 13/05/2011)

É através desse grupo de mulheres que se forma a possibilidade de uma estratégia frente ao capital latifundiário e monocultor. Pensamos que poderia ser a articulação dessa experiência para outros assentamentos o meio para formação de novos grupos que compreendam essa dinâmica e possam se manifestar frente às ações dos usineiros da região, do sistema capitalista brasileiro que tem também impacto sobre a organização do espaço mundial.

### **Considerações finais**

Por meio do trabalho os seres humanos (mulheres e homens) constroem sua existência enquanto seres sociais, criando instrumentos de trabalho e transformando até mesmo o corpo em fruto e instrumento do trabalho. Na materialidade das relações sociais, como no caso da dicção e da escrita, forma cultura, história, crenças com seus signos e significados individuais que também são construção coletiva.

Essas relações sociais são constituídas de poder, desde a dominação dos sexos a divisão de classe social da sociedade capitalista. Em que até mesmo a terra que é um bem finito passa a ser utilizada como instrumento de trabalho e mercadoria, sendo privatizada em grandes propriedades, os latifúndios, pertencentes aos capitalistas, enquanto muitas pessoas que sobreviviam da terra ficam sendo sem terras.

A necessidade da terra para sobrevivência leva a organização dos sem terras e disputas territoriais, ainda que a real disputa capitalista seja pela apropriação da renda da terra. Os capitalistas fazem até mesmo da reforma agrária um negócio lucrativo, pois na maioria dos casos, a venda da terra utilizada por monocultivose desgastada é supervalorizada pelo Estado que pressionado pela luta camponesa compra para a redistribuição fundiária.

Nesse território de disputa existem também vários processos territoriais, como as diferentes relações espaço/tempo e as várias territorialidades dentro do território, que são as apropriações, como no caso apresentado das mulheres camponesas do PA 13 de Maio que trabalham com produtos agroecológicos sendo também uma perspectiva de cultivo contrária a lógica capitalista de exploração da natureza sem priorizar a segurança e soberania alimentar.

Essa territorialidade das mulheres tem caráter de afirmação e apropriação do território do assentamento sendo contrárias a investida dos usineiros que tentam fazer com que os assentados(as) plantem cana em seus lotes. Mostrando a capacidade do camponês (mulheres e homens) de apesar de estarem dentro do sistema capitalista ainda ter um modo de produção diferente e conservar e construir a cultura popular<sup>11</sup>.

A plantação agroecológica tanto é de horticultura e leguminosas como de plantas medicinais, principalmente assim conservar a cultura popular do modo de produção, relação com a terra, educação (passando dos mais velhos para os mais novos), além dos remédios, chás, sabonetes medicinais, sem a necessidade frequente de remédios produzidos em laboratórios a base das próprias plantas que podem ter no quintal. E essa sabedoria popular não pode ser perdida.

Outro ponto relevante de retomarmos é a questão dos vários tempos, para entender que o campo é um, mas não é homogêneo, a produção agroecológica obedece um tempo de preparo e cultivo até a colheita muito mais longo, principalmente por não utilizar agrotóxicos que são prejudiciais a saúde e poluem água, ar e o ecossistema, já o monocultivo impede a biodiversidade local de florescer e causa todos esses tipos de poluição e transforma as relações sociais e com a natureza.

Sendo o monocultivo realizado principalmente nos países em que não há fiscalização ambiental de fato, por todos esses processos que podem causar. No sistema capitalista é relevante o investimento nas grandes propriedades, apesar de não produzirem os alimentos básicos do consumo, geram maiores lucros com exportações e atraem investimentos.

A cesta básica brasileira suprida pelos camponeses não recebe esse investimento, ou recebe numa escala de proporção muito menor, gerando os conflitos no campo por redistribuição fundiária, mas não só isso, como aponta esse grupo de mulheres por novas formas de produção sustentável, que vise o equilíbrio entre necessidade e conservação do ambiente.

Assim, compreendemos que nesse coletivo de mulheres também se faz cultura, nas práticas cotidianas que refletem tanto questionamento com a realidade, como alternativa, e também retomada do conhecimento popular. Criando significados a suas

ações e signos no território do assentamento que podem ser compreendidos tanto na perspectiva do lugar quanto, como foi analisado, do território.

---

<sup>1</sup> Iremos trabalhar com o conceito de monocultivo e não monocultura porque compreendemos que cultura já indica diversidade de formas e manifestações, no caso da produção de cana de açúcar se perde a biodiversidade, degrada o solo, a água, o ar e as relações sociais, como no caso das festas de colheitas.

<sup>2</sup> A expressão “canetada” foi utilizada pelo presidente Lula da Silva referindo-se a necessidade apenas de assinatura, burocracia para efetuar o projeto de reforma agrária.

<sup>3</sup> Discutiremos nossa compreensão de segurança e soberania alimentar na quinta sessão desse texto. Pensamos que as práticas locais de segurança alimentar são propulsoras da soberania alimentar construída desde os camponeses.

<sup>4</sup> Grifos do autor

<sup>5</sup> Grifos da autora

<sup>6</sup> Nova no sentido de resgate da cultura camponesa, que volta a se estabelecer no espaço devido às novas relações sociais. No caso do latifúndio destinado ao monocultivo da cana-de-açúcar não se tem a mesma relação com a terra que o camponês irá ter que iremos discutir um pouco mais adiante.

<sup>7</sup> Foi utilizado o termo “pervade” como consta no texto de Shanin, e que quer dizer impregnar, permeiar, estar presente em todos os momentos.

<sup>8</sup> Tempo plural no sentido do vivido, “não reflete o passado, ou antecede o futuro. Kairós é o melhor instante no presente” (GARCIA, 2012).

<sup>9</sup> Compreendemos por lugar “as práticas sócio-espaciais, as relações sociais de poder e de exclusão, por isso que os espaços se superpõem e se entrecruzam e os seus limites são variados e móveis” (SMITH, 2000; MASSEY, 2000; MCDOWELL, 1995 Apud GARCÍA, 2004, p.67). Também que “a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais” (MASSEY, 2000).

<sup>10</sup> Dados da tabela 1 referente ao recenseamento da população realizado pelo IBGE em 2010, incluído na página 2 deste ensaio.

<sup>11</sup> Cultura Popular como apresentamos é no sentido das festas locais que inicialmente eram em torno das colheitas. A dominação dos povos se dá de diversas formas (econômica, moral, força física etc) entre elas a partir da dominação cultural. A mundialização provoca, entre muitas coisas, a homogeneização das festas, das músicas, perdendo a relação com o local. Os movimentos sociais buscam esse resgate da cultura camponesa, das festas, das crenças, do modo de preparar os remédios com as plantas medicinais, porque o despertar para sua cultura é também desvendar as relações que o cercam.

---

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo [2]; a experiência vivida**. Tradução Sérgio Milliet, Lisboa, Bertrand Editora, 2008.
- BUTZ, Earl.(ex-secretário de agricultura dos EUA). Times, 11, nov. 1974 In:O Mundo sem Alimentos por toda parte, entre inundações e secas, vão se confirmando as previsões de fome. **Revista Veja**,13 de novembro de 1974. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/arquivo\\_veja/capa\\_13111974.shtml](http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_13111974.shtml)> Acessado dia 15/10/2012.
- CASTRO, Bernadete. **Voltar à terra: campesinato, territorialidade e globalização**. In: Território e Cultura: inclusões e exclusões nas dinâmicas socioespaciais. ALMEIDA, Maria Geralda de; CRUZ, Beatriz Nates. (orgs). Goiânia, 2009.
- CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana? In: **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Ângelo Serpa (org). Salvador, EDUFBA, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In:**Território: globalização e fragmentação**. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira (orgs). 5° ed. São Paulo: Editora Hucitec, , 2002.
- DEMARAIS, Annette Aureliá. **La via campesina: la globalización y el poder del campesinado**. Madrid: Editora Popular, 2007.
- FABRINI, João Edimilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 63-91, jul./dez. 2006.
- FAO.Food and Agriculture Organization.**El estado mundial de la agricultura y la alimentación: Las mujeres en la Agricultura; cerrar la brecha de género en aras del desarrollo**. 2010-2011. Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación. Roma, 2011.
- FEITOSA CRUZ, Marcus Vinícius; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Os agrocombustíveis e a (re)criação do campesinato: o caso dos projetos de assentamento José Emídio dos santos e caraíbas - sergipe como referência**. Artigo publicado no VI Fórum e I Encontro Nacional Estado, Capital, Trabalho. São Cristóvão, 29 a 31 de agosto de 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST; formação e territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec., 1996.
- GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto; FRANÇA, FrancieliMezzomo; BRAGA, Luís Carlos. **O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin**. In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. Marco A. Saquet, Edson B. C. de Souza (orgs), Expressão Popular, São Paulo, 2009.

GARCIA, J. **CRONOS E KAIRÓS**: Repensando a Temporalidade do Currículo. Disponível em: <<http://paulofaria.blogspot.com.br/2007/09/cronos-e-kairs.html>> Acessado em 20/12/2012.

GARCÍA, María Franco. A luta pela terra sob enfoque de gênero: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese de doutoramento. UNESP- Presidente Prudente, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis- Rj: Vozes, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Alex Marins. Editora Martins Claret Ltda., São Paulo, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. Martins Fontes. São Paulo, 1998

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. In: O espaço da diferença. ARANTES, Antonio A. (org), Campinas, SP, Papiurus, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados** 15 (43), 2001. P. 185-206. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea; FARIAS, F. R; PLEIN, C; MONDARDO, M. L. **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack**. In: Leituras do conceito de território e de processos espaciais. SAQUET, Marco Aurélio; SOUZA, Edson B. C. de. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006)**. In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol II. A diversidade das formas das lutas no campo. Bernardo M. Fernandes, Leonilde S de Medeiros, Maria I. Paulino (orgs). São Paulo, Editora Unesp, 2002.

RAMOS FILHO, Eraldo da S. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e Reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf>>

---

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, FFLCH-USP, n°2, 1983.

SABÓIA, Iratan Bezerra de. **Cronos e Kairós: reflexões sobre temporalidade laboral e solvência social**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Do Ceará. Departamento De Psicologia. Fortaleza, 2007. Disponível em <[http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/2227/1/2007\\_dis\\_IBDSab%C3%B3ia.PDF](http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/2227/1/2007_dis_IBDSab%C3%B3ia.PDF)> acessado dia 20/12/2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**; prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.  
SARTRE, Jean-Paul. **El ser y la nada: Ensayo de Ontología Fenomenológica**. Tradução de Juan Valmar. Editorial Losada, S.A, Buenos Aires, 1981.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Ano 8, n. 7. Jul./Dez. 2005. p. 1-21. Presidente Prudente – SP. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20E1ria/Artigos/SHANIN%20definicao%20do%20campones.pdf>>

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: **Campesinato e territórios em disputa**. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (orgs). 1 ed., Expressão Popular, São Paulo, 2008.

Recebido em 28/11/2011 Aceito para publicação em 19/052012.
--